

## Resistência a república e a democracia?

# A

forma republicana e o sistema democrático são cada vez mais inseparáveis, e devem ser plásticos o suficiente para acolherem as novidades emanadas da sociedade, ao mesmo tempo que devem ser “produtivos”, isto é, devem ter a capacidade de moldar as ações dos cidadãos. Desvios recorrentes da forma republicana acabam por anulá-la, retirando-lhe toda capacidade normativa, e desigualdades muito grandes, e piores quando crescentes, tomam a democracia uma palavra oca. Enfim, pode tratar-se da velha questão de Rousseau, no sentido de perguntar-se até que ponto desvios permanentes e desigualdades renitentes não são, de fato, rupturas no “contrato social” republicano e democrático.

**FRANCISCO DE OLIVEIRA** é professor titular aposentado de Sociologia do Departamento de Sociologia da FFLCH-USP e coordenador científico do Centro de Estudos dos Direitos da Cidadania da FFLCH-USP.



Não é preciso incursionar muito na história republicana brasileira e na vigência dos direitos democráticos: essa história já mais que centenária foi, em grande medida, um repertório de rupturas do “contrato social” e de ditaduras. Sociologicamente, a intensa e radical transformação da sociedade, em que se passou de uma economia agrária para uma economia urbano-industrial e de serviços, com localização agora sobretudo nas cidades e um forte esvaziamento do campo, atropelou a forma

republicana e fez-se ao arripio dos direitos democráticos. A interpretação da “via passiva”, aliás, assinala precisamente que a intensidade e a radicalidade da transformação, nos prazos compactados da história brasileira, chamam, sempre, para formas de exceção. Talvez a hipótese de que a forma republicana possa ter sido, em muitos casos, excessivamente rígida, incapaz de processar novas demandas, seja plausível, ainda que não consoladora.

Fecho este breve e insuficiente preâmbulo e vou direto aos problemas que quero propor. Assim, ficarão mais claras as interrogações que, a meu modo de ver, a realidade contemporânea do capitalismo no Brasil propõe à república e à democracia, pois é preciso não esquecer que elas se constituem e se movem no terreno econômico, social e político posto por esse sistema. Já aprendi o bastante para não mais dizer que república e democracia são capitalistas, mas talvez não ainda o suficiente para considerá-las acima e além dele. É muito evidente, também, que república, democracia e formas do capitalismo contemporâneo não têm relações de exterioridade, sendo as duas apenas “modelos” dentro dos quais a dinâmica capitalista deveria se enquadrar. Mas as

diferenças de temporalidades, os tempos *largo* da república e da democracia, em contraste com o tempo *prestisimo* da dinâmica capitalista contemporânea, colocam novos problemas políticos de não pequena monta, cujas conseqüências podem vir a ser o esvaziamento dos sistemas políticos formais.

O principal problema proposto pelo capitalismo contemporâneo no Brasil às instituições republicanas e ao regime democrático de direitos é, a meu ver, a questão da autonomização do mercado. Arrisco dizer que esse desafio não se dá somente no Brasil, mas aqui aproveito para introduzir, desde logo, a especificidade brasileira, de resto extensível pelo menos à América Latina, onde a forma republicana tem uma tradição mais antiga que entre nós. Essa especificidade incorpora e se redefine pelas novas temporalidades da globalização, para recuperar a tematização da relação interno-externo proposta por Caio Prado Junior, Celso Furtado e Florestan Fernandes na constituição dessa especificidade.

Citarei alguns dados e proporções, imprecisas, para situar a autonomização a que me refiro. O prejuízo do Banco Central no exercício de 2001 foi de cerca de 15 bilhões de reais, o que corresponde a mais ou menos 1% do PIB nacional. Essa cifra, em números redondos, reaparece como lucro na conta do sistema bancário nacional, e sobretudo na conta dos principais bancos. Agora, quando atualizo este texto (setembro de 2003) para sua edição, os jornais noticiam que o prejuízo do Banco Central transformou-se em lucro no primeiro semestre do ano, quase nos mesmos volumes do resultado negativo anterior: aparentemente, isso desmentiria a autonomização do mercado. Bem reparados, os resultados negativo e positivo afirmam a autonomização, revelando o papel subordinado das instituições ao mercado.

Há uma relação de causa e efeito entre os resultados e seus sinais na conta do setor público e na conta do setor bancário? Há. Com alguns descontos e ajustes, o prejuízo e o lucro do Banco Central devem-se às operações da dívida externa e sobretudo da dívida interna que são, por sua vez, o cam-

po operacional privilegiado dos grandes bancos e que alavancam sua lucratividade. Dados também recentes publicados pela *Folha de S. Paulo* (setembro de 2003) mostram a composição do lucro do sistema bancário: quase a metade provém das operações da dívida interna, enquanto a outra metade se origina nas operações com o setor privado da economia.

Convém não esquecer que instituições como o FMI, Bird e BID pegam boa parte dos lucros com as operações da dívida externa brasileira. O serviço dessa dívida é hoje, 2002, uns 4% do PIB brasileiro, quatro vezes superior ao prejuízo do Banco Central no exercício de 2001, o que mais uma vez reforça o argumento da autonomização do mercado.

Algumas cifras e proporções imprecisas ainda. O serviço da dívida interna brasileira consome 25% das receitas da União. Do ponto de vista do serviço da dívida externa, estamos de volta praticamente à situação dos fins dos anos 20, quando a receita das exportações revelou-se insuficiente para pagá-lo, gerando, no encontro com a Grande Depressão, a crise interna que levou à Revolução de 30. Uma espécie de autofagia burguesa. Não se segue – quem sabe, infelizmente? – que estamos frente a uma crise com potencialidades revolucionárias. O capitalismo engendrou mecanismos potentes para deter tais situações, entre os quais as próprias instituições financeiras que monitoram as finanças mundiais, exclusive EUA e União Européia. Mas não custa lembrar que todo o poderoso aparato financeiro mundial não foi capaz de prever nem de suavizar, e muito menos de anular, as crises monetário-cambiais do México, da Rússia, do Brasil em 1998, da Argentina e da Malásia.

Em que consiste, pois, a autonomização? Em primeiro lugar, no fato de que o prejuízo do Banco Central não é para realização de investimentos do setor público, mas para a sustentação da taxa de lucro do setor privado. Vejamos: operações de recuperação de bancos, pelo Proer, que implicaram transferência da parte boa para outras instituições bancárias, enquanto o

setor público, o governo, ficou com o “mico” da parte podre; em segundo lugar, e hoje mais importante, o subsídio ao capital embutido nas letras cambiais emitidas como contrapartida aos capitais de risco que entram no país, para evitar inflação. Tais capitais são absolutamente necessários para fechar o balanço de pagamentos que é deficitário nas transações correntes num volume que não pode ser coberto pelo superávit da balança comercial, quando este ocorre (hoje, setembro de 2003, este superávit é recorde). O governo maneja a dívida pública interna com a finalidade quase exclusiva e direta de fechar o balanço de pagamentos, e finalidade indireta de conter a inflação. E os capitais são de risco, ou de especulação, dizendo mais diretamente, não são capitais de investimento. Não aumentam a capacidade produtiva do país, senão muito indiretamente, na medida em que mantêm baixo, para eles mesmos, o “risco Brasil” e afastam a fuga de capitais, isto é, a fuga deles mesmo. Por essa razão, a taxa de juros mantém-se em patamares muito elevados, o que deprime o investimento produtivo. Mas esta é uma outra questão, à qual não me reportarei agora.

A segunda face da autonomização é que tais relações passam ao largo das instituições republicanas. São realizadas pelo Banco Central, cujo controle pelo Congresso Nacional resume-se à sabatina do presidente e diretores na época de sua indicação pelo Senado. O Banco Central não presta contas de suas operações a ninguém. No máximo o Copom, Conselho de Política Monetária, presidido pelo ministro da Fazenda, fixa o nível da taxa de juros básica, a Selic, com a qual o Banco Central deve operar nos negócios interbancários, e que serve também para parametrizar os empréstimos do setor bancário ao próprio Estado. Essa taxa não vale para o sistema financeiro como um todo, que trabalha com níveis muito diferentes nas suas operações com o setor privado de empresas, famílias e pessoas físicas.

A autonomização é isso: a taxa de juros fixada pelo Copom, a conhecida Selic, serve para impostos, empréstimos interban-

cários, empréstimos ao governo; quando este texto foi produzido, era de 18,5% ao ano. Agora, setembro de 2003, é de 24,5% ao ano. A taxa bancária para cartões de crédito é de 150% ao ano, e as taxas para vendas a crédito, sobretudo para as chamadas classes C e D das classificações mercadológicas, pode chegar a 200% ao ano. Como o Banco Central opera em nome do Tesouro Nacional, o risco cambial é pago por este, e portanto pelas receitas do governo federal.

A terceira face da autonomização é a subordinação do conjunto de outras políticas de responsabilidade do Estado e geridas pelo governo a serviço da dívida pública interna. Dizendo de outra maneira, o Estado não regula mais o mercado e, ao contrário, é este que determina os rumos, ritmos, quantidade e qualidade da “intervenção” do Estado.

Na fase áurea do Estado do Bem-Estar, de que o Brasil conheceu um simulacro, que de qualquer maneira atuou poderosamente na expansão capitalista nos últimos cinquenta anos, operava-se uma espécie de “privatização do público e publicização do privado” (F. Rangeon, *L’Ideologie de l’Interêt Général*). Vale dizer, parte da riqueza nacional sob a forma do fundo público era transferida para o setor privado, alimentando a acumulação de capital, sendo devolvida, em troca, pela fixação de parâmetros do interesse público sobre a *performance* do capital privado, isto é, sua publicização. O mais importante parâmetro dava-se no plano da fixação dos salários e da previdência social, e também nos acordos de investimentos, como os da época de Kubitschek, dos governos da ditadura e mais recentemente no caso da câmara setorial do setor automotivo. Representava uma espécie de “interesse público” parametrizando os desempenhos dos capitais privados e autenticando as relações entre empresários, empresas, trabalhadores, consumidores, entes federativos e o Estado nacional.

Havia muito de república, regras de participação dos entes federativos, anulação do jogo de soma zero entre estados,

municípios e União, repartição dos benefícios e encargos, regras para o acesso aos benefícios, e um pouco de democracia, como a anulação da relação amigo-inimigo nas relações trabalhistas. Convém não idealizar demais tais acordos, mas mesmo esse pouco foi muito, considerando-se a tradição brasileira.

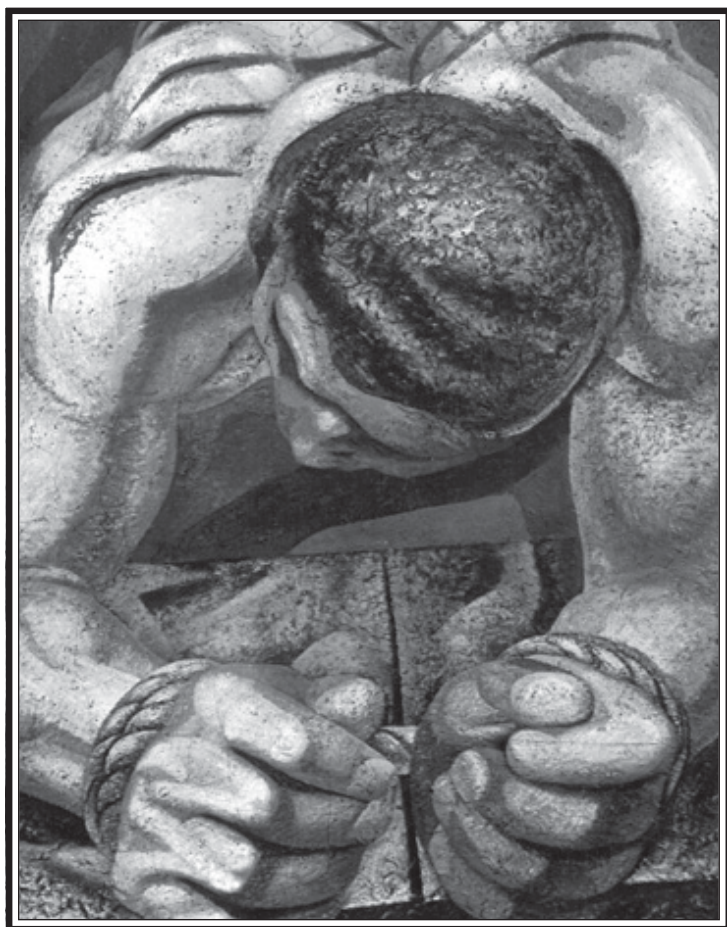
A autonomização do mercado põe por terra todos esses processos e todas as regras republicanas, eliminando, de saída, o pouco de democrático logrado. Ao contrário, o único que resta é a “privatização do público”, que se dá pelo único vetor para o qual a autonomização ainda não chegou. O fundo público aí representa a última fronteira onde o monopólio legal da violência estatal se mantém. Em poucas palavras, é o imposto de renda das pessoas físicas e das jurídicas do setor formal que sustenta e compõe o fundo público, para o acesso do qual todas as regras de publicização do privado foram eliminadas. Além do IR,

recursos de fundos de trabalhadores, como o FGTS e o FAT, que são retirados diretamente da operação das empresas, e indiretamente dos salários. Há um ligeiro avanço agora com a CPMF, incluindo atividades que passavam longe das regras formais, escapando pela evasão fiscal.

As privatizações escancararam a autonomização. Não porque patrimônio público substancial tenha sido transferido ao setor privado na “bacia das almas”, o que, já de si, seria discutível. Mas, afinal, só a ideologia mais tola ainda pensa no século XXI que a acumulação privada foi fruto exclusivamente da exploração da mais-valia ou da permanente reaplicação dos lucros: a contribuição do Estado e a apropriação de riqueza pública que se transformou em capital são constantes e marcantes na história de todos os capitalismo, inclusive o mais liberal, a experiência norte-americana. O importante a remarcar é que as condições da privatização destruíram, ou pelo menos reduziram enormemente, a possibilidade do controle republicano, como, por exemplo, no caso das telecomunicações e mais dramaticamente no do setor elétrico.

Setor de ponta no capitalismo contemporâneo, o controle das telecomunicações desatou uma competição ferocíssima entre as grandes companhias mundiais, cujo resultado é a obrigação do governo e do Estado lhes assegurar altíssima rentabilidade, sob pena de não apenas o país ficar a reboque das transformações produtivas, mas de ruir o edifício inteiro das comunicações, posto que ele não pode voltar para trás. Isto é, uma vez adotadas as novas tecnologias, toda a acumulação anterior fica obsoleta. Agora, quando escrevo – julho de 2002 – o governo federal fez aprovar medida provisória para “ressarcir” as empresas de energia elétrica dos “prejuízos” causados pelo racionamento de energia durante nove meses, além de providenciar um “seguro-apagão” que se resume em uma alíquota extra nas contas de energia para prevenir um futuro racionamento. Empresas aéreas entram na Justiça para reclamar indenização do governo, com o argumento

**A Nova  
Democracia,  
de David A.  
Siqueiros**



de que o controle de preços das passagens aéreas lhes causou prejuízos.

A solução é despolitizar a supervisão e o monitoramento do setor privado, com as agências nacionais, a de energia, a do petróleo, a dos transportes terrestres, a de telecomunicações e a de vigilância sanitária. Está por se criar a relativa aos transportes aéreos, e com a resolução da fusão Varig-TAM a agência será instalada para controlar o duopólio que será formado pela empresa resultante da fusão e a Gol. Não por acaso são os setores de ponta do capitalismo contemporâneo, e frente às empresas que os formam a minoridade do Estado nacional é flagrante. No caso exitoso dos genéricos parece que o Estado obriga grandes grupos farmacêuticos mundiais a “publicizarem o privado”. Na verdade trata-se de remédios cujos componentes são de domínio público, salvo o caso daqueles destinados ao tratamento da Aids. É como se uma medida provisória liberasse os editores de pagarem direitos autorais aos sucessores de Machado de Assis. Inócua, pois já são de domínio público as obras do bruxo do Cosme Velho.

Em meados de 2002, ainda muito antes das eleições, fui convidado a fazer uma exposição a empresários cujas empresas, somadas, perfaziam talvez 1/3 do PIB brasileiro. Em minha vida, foi uma experiência única, e confesso que não me deixou saudades. Fui falar como alguém que falaria à esquerda do próprio PT, quase um PSTU – e quem me conhece sabe que sou de boa paz –, para colocar-lhes alguns dos desafios que seriam postos ao próximo presidente. Sabiam-me ligado ao PT, pois isso foi explicitado todo o tempo: foi mesmo a razão do convite. Muitos sabem que dispoenho de uma razoável experiência de exposição e até de dramatização. Mas foi tudo em vão. Os empresários não se abalaram com nada. As duas únicas perguntas que me foram dirigidas depois da exposição diziam respeito, a primeira, a qual era a razão pela qual o PT não apresentava outro candidato que não o Lula. Respondi-lhes em termos de mercado: quem retiraria seu melhor produto da competição, sem

ter outro no lugar? A vulgaridade da pergunta foi rebatida com uma resposta igualmente vulgar. A segunda pergunta era sobre o cumprimento dos contratos, vale dizer, pagamento da dívida externa e da dívida interna, no caso da eleição do Lula. Tratava-se de saber apenas como o então candidato, se vitorioso, trataria os interesses privados.

Respondi-lhes que, até onde eu sabia, havia poucas pessoas tão realistas quanto o Lula, e por isso eu acreditava que ele honraria os compromissos, caso eleito, con-vindo, entretanto, pensar na possibilidade de negociações, posto que o estado atual (àquela época) das dívidas deixava o Estado completamente imobilizado, movendo apenas a roda da própria reposição das dívidas. E que, caso Lula não honrasse os contratos, ele seria deposto. Com a ajuda do empresariado. E o Lula sabia disso. Os empresários presentes não se abalaram. Tinham a convicção de que poderiam domesticar qualquer candidato. Infelizmente, provaram estar certos. E conheciam o então candidato do PT, hoje presidente, melhor que eu.

A dinâmica do capitalismo contemporâneo erosiona fortemente as linhas de relações entre o social e a política, eu diria, com o risco de falar impropriedades, erosiona a representação. Pois é verdade que, a salvo de parecer muito “orgânico”, a política moderna se estruturou a partir do estabelecimento de relações entre a classe e a política, como regra geral. Os modernos partidos políticos são fruto dessa relação, e mesmo o que parece a exceção, a formação dos partidos políticos norte-americanos, também pode ser explicada por ela.

Essa relação entre o social e a política vem mudando, evidentemente. Apesar de tudo, ela mantém-se razoavelmente plausível, na grande maioria dos casos. Em outras palavras, é certo que a base dos social-democratas na Alemanha, por exemplo, é o voto operário e dos assalariados. A relação entre as classes transporta-se para a política e lhe confere estabilidade e previsibilidade. Fornece bases para a institucionalização republicana. A nação norte-ame-

ricana é provavelmente o caso em que essa erosão atingiu o grau máximo, por uma história de homogeneização da estrutura social e de rendas quase inigualável. Em outras palavras, os EUA são caracteristicamente uma sociedade de massas, e não é por acaso que a política ali tem as formas do mercado e que eleições sejam um assunto de *marketing* e que as diferenças entre os dois partidos sejam quase irrelevantes. Embora Bush seja a praga dessa irrelevância. Embora esteja ficando claro também que a crescente desigualdade em curso nos Estados Unidos esteja tornando irrelevantes os partidos e até as eleições.

Na prática, a erosão da representação na política deixa o campo inteiramente aberto para o domínio descarado da burguesia, sem alternativas. Esse processo está acontecendo também no Brasil, com conseqüências talvez mais dramáticas. Embora seja um assunto controverso, parece que nos encaminhamos decididamente para uma sociedade “americanizada”. A última década viu o movimento sindical de trabalhadores quase desaparecer, e a academia e a mídia anotam quase diariamente seu refluxo. Categorias como os metalúrgicos foram devastadas, em termos numéricos, e viram seu padrão de vida desabar verticalmente. O sonho de Ford de fabricar automóveis para seus operários seria hoje irrealizável. Favelas compõem a paisagem da antes operária e florescente São Bernardo do Campo, para falar da cidade-emblema dos tempos dos anos do “milagre brasileiro”.

Outra categoria importante, a dos bancários, viu-se reduzida a uma fração do que era nos anos 70-80 pela forte automação dos processos de trabalho e de atendimento ao público. A categoria dos petroleiros, que nunca foi muito numerosa, mas muito importante politicamente, foi derrotada e reprimida na famosa greve do início do governo FHC, em 1995, e nunca mais se recuperou. A privatização passou para a categoria de trabalhadores do setor privado formidáveis contingentes de operários e funcionários antes estatais, deprimindo e destruindo organizações de trabalhadores

que estavam ajudando na construção de uma esfera pública no interior dos grandes conglomerados estatais. Esse era o caso da Associação dos Engenheiros da Petrobrás, que tinha voz ativa na discussão dos rumos da grande empresa.

Esse deslocamento abalou um dos pilares da relação classes/política ou da política como representação. Não é à toa que o Partido dos Trabalhadores, inegavelmente criado no início como braço político do que se chamou à época “sindicalismo autêntico”, busca, hoje, desesperadamente, alcançar uma parte maior do eleitorado através de operações de *marketing* político, e a escolha de um dos mais badalados publicitários, o Duda Mendonça, está dentro dessa busca. Também não é por acaso que o PT é, hoje, o partido que mais judicializa a política, recorrendo ao Judiciário como alternativa à falta de representatividade. Pode ser, noutro registro, também uma nova fronteira da política, como Werneck Vianna vem sugerindo. Dizendo de outra forma, a representação classista, de que o PT foi expressão durante o tempo de sua novidade, se rompeu.

Do lado da burguesia, o processo é semelhante. As dificuldades de um “partido da burguesia” no Brasil são conhecidas de sobra pela literatura política. Fortes clivagens regionais, antigas oligarquias ancoradas num novo patrimonialismo reforçado pela forte presença do Estado na economia, uma diferença entre o estado mais rico e o mais pobre que vai de 1 a 100, uma aceleração e compactação formidáveis em setenta anos de rápidas transformações, com poucos paralelos na história mundial, tornaram sempre muito problemático um “partido da burguesia”. Até que a própria expansão capitalista destruiu os modos de produção regionalizados e quase homogêneos, do ponto de vista da estrutura social, dando lugar à produção de classes sociais nacionais.

Nesse breve momento, que o primeiro mandato de FHC encarnou de forma exemplar, a autonomização do mercado fez ruir essa construção, e o PSDB, que, apesar do nome, candidatou-se fortemente ao lugar

sonhado pelo antigo Partido Comunista, vê-se hoje a braços com um autor que já não se interessa tanto pelo seu personagem. Uma formidável reconcentração do capital fez ruir as relações entre classe burguesa e política. Mesmo no interior da burguesia, as diferenças são enormes: enquanto o mercado nacional é vital para a maioria dos setores industriais, para a Vale do Rio Doce e a Embraer o mercado nacional é completamente marginal. As operações de *hedge* que alavancam o lucro bancário fazem-no descolar de outros setores burgueses que têm interesse na queda da taxa de juros interna. Instituições como a Confederação Nacional da Indústria são, hoje, disputadas por setores marginais da burguesia, sediados em estados desimportantes do ponto de vista industrial. Seu último presidente foi do Rio Grande do Norte e o atual é de Pernambuco, usineiro ainda por cima. Mesmo entidades de classe como a outrora poderosa Fiesp são marginais na interlocução da política econômica.

A falta de formas da estrutura social, com recortes vagos, uma forte erosão de categorias de trabalhadores formais e o aumento da informalidade têm o efeito de aumentar o poder de classe da burguesia, muito para além do que os indicadores do PIB sinalizam, e o que sobra é uma indisputada dominação de classe sem mediação pela política. O golpe de Estado na Venezuela, no outro extremo, pode ajudar a ilustrar o que estou querendo dizer: o presidente da Fedecámaras, equivalente à soma das confederações patronais no Brasil – se existisse –, aboletou-se no poder no lugar do presidente constitucional e do vice-presidente e sequer cumpriu o “acordo” com as Forças Armadas, problema que levou à reversão do golpe, em favor de Hugo Chávez. Este não pode senão apelar para o povo, num estilo que estão chamando, com certa razão, populismo, pois o apelo de classe não ecoa. Fica a lição de que o poder socioeconômico indisputado da burguesia já não tolera, ou dispensa, a mediação pela política. O governo Lula pode ser uma das escolas dessa lição.

As medidas provisórias podem ser uma

viva ilustração desse poder sem mediação pela política. O chefe da Casa Civil de FHC, Pedro Parente, que foi também o ministro da Câmara de Gestão da Crise Energética, aconselhou Lula a moderar as críticas ao racionamento e às medidas provisórias, pois poderá – com efeito – ver-se forçado a recorrer às mesmas e meter-se na “fria” de um racionamento. Estava dizendo que a capacidade de previsão do curso dos acontecimentos por parte dos poderes constituídos tende a zero, e que a imediatividade das necessidades da economia atropela as instâncias estatais desenhadas para monitorar o mercado e arbitrar conflitos. Talvez a ex-governadora do Maranhão e também candidata tratorada por FHC na sua tentativa de disputar a presidência da República, Roseana Sarney, tenha desvelado essa cara da automização, ao mudar a denominação dos antigos secretários de Estado para simplesmente “gerentes”.

Às vezes tem-se a sensação de estarmos vivendo num mundo virtual. O presidente FHC passou um de seus oito anos de mandato no exterior, a receber honrarias, recorde de todos os presidentes e de todos os dirigentes políticos do mundo. Nem a rainha da Inglaterra, que tem de mostrar-se, de vez em quando, a súditos que vão da Austrália e Nova Zelândia ao Canadá, viajou tanto. Nem provavelmente recebeu tantos *honoris causae* até porque até onde se sabe não escreveu *Dependência e Desenvolvimento na... Inglaterra*. Este ano de ausência, que Lula vai tentando ultrapassar, pode estar dizendo da irrelevância da política formal, e de sua transformação em administração de negócios, pois enquanto o(s) presidente(s) viaja(m) os “gerentes” permanecem de plantão. Este é um texto muito pessimista e até muito economicista – pois aprendi Economia Política – e as relações que propõe ou sugere entre essa falta de formas no “mundo da vida” e a política ou o “mundo do sistema”, a república e a democracia, são, por sua vez, a forma de provocar novas explorações das capacidades da política, da república e da democracia, que não estão à vista. Esta é sua justificativa.